
CURSO PRESENCIAL

CONTRATAÇÕES DE TIC COM IA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

APLICAÇÃO DA IN 94, RESOLUÇÃO CNJ 468, LEIS 14.133/2021 E 13.303/16



 **Defensoria Pública do Estado do Acre**

 **10 a 12 de junho de 2026**

 **Carga horária: 20 horas**

Professor Walter Cunha



BRASIL

Capacitação e Treinamento

Apresentação

A Nova Lei de Licitações e Contratos (NLL ou NLLC) – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – descortinou um novo paradigma para as compras públicas, em especial para as compras pública de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Além de mudar substancialmente vários aspectos operacionais, a nova lei veio para reforçar a necessidade de Governança nas Contratações, materializada em seu corpo na forma: do Planejamento Anual de Contratações (PCA); dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), e da Gestão de Riscos (MGR). Outras novidades são as novas durações contratuais com o objetivo de viabilizar a amortização de projetos com altos investimentos iniciais; e as vedações específicas ao acúmulo de papéis, de modo a preservar o princípio de Segregação de Função. Tudo isso em meio à controvérsia sobre os limites de atuação e de responsabilidades do Agente Contratações (Pregoeiro), e sobre o alcance dos atos infralegais da Secretaria de Governo Digital (SGD), como a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022. Cabe ressaltar que, apesar de poder nortear, a NLLC não revogou a LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, a qual permanece regulando as contratações das Estatais. E então, vamos juntos nos aventurar nas Contratações Públicas de TIC?

Justificativa

A capacitação proposta atende à necessidade de aperfeiçoamento do público-alvo em temas e questões atinentes às Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação, segundo a Nova Lei de Licitações e Lei das Estatais, inclusive com a atualização dos novos dispositivos infralegais, proporcionando reflexões e consolidação de conhecimentos, bem assim assegurando exercício competente de atribuições dos agentes de contratações na dimensão de TIC.

Objetivo Geral

Conduzir corretamente as Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação com eficiência, eficácia e efetividade, dentro do apetite à riscos da organização e com o apoio de IA.

Público-alvo

Agentes (Gestores e Agentes Técnicos, Administrativos e Demandantes) participantes do processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação nas entidades públicas.

Conteúdo Programático

1) Histórico e Contexto das Contratações de TIC:

- a. Histórico evolutivo da primeira IN04/2008 até a IN094/2022, e eventuais atualizações posteriores
- b. No caso do Judiciário: Resolução 468/2022 CNJ e Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário
- c. No caso das Estatais: especificidades da Lei 13.303/2016 e Regulamentos Próprios de Compras
- d. Gestão Estratégica das Contratações de TIC: Noções sobre EGD, PETI, PDTI, PPA, PAC
- e. Impactos Diretos da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) nas Contratações de TIC

2) Fases da Contratações de TIC:

- a. Planejamento da contratação, Seleção de Fornecedor e Fiscalização de Contratos
- b. Principais Artefatos: DOD, ETP, TR, IRP
- c. Papéis e Segregação de Função
- d. Transição e Encerramento de Contrato

3) Elementos de um ETP:

- a. Definição e Especificação das necessidades (Requisitos)
- b. Estudo do Mercado
- c. Análise Comparativa de Soluções
- d. Estimativa do Custo Total da Contratação (Total Cost Ownership – TCO)
- e. Templates e Modelos de ETP de TIC e ETP Digital

4) Elaboração do TCO:

- a. Custos de Aquisição
- b. Custos Operacionais
- c. Custos de Manutenção
- d. Custos Administrativos
- e. Custos de Descarte

5) Elementos de um TR:

- a. Relação entre o TR e o ETP
- b. Principais Seções
- c. Estimativa de Preços
- d. Elementos para Gestão do Contrato

6) Pesquisa de Preços:

- a. IN 65 SEGES 2021 e eventuais atualizações
- b. Fontes de Preços e Prazos
- c. Saneamento e Ajustes possíveis dos Preços
- d. Métodos de Estimativa
- e. Catálogos de TIC (PMC-TIC)

7) Gerenciamento de Riscos:

- a. Identificação e análise dos principais riscos
- b. Avaliação e seleção da resposta aos riscos
- c. Registro e acompanhamento das ações de tratamento
- d. Riscos de Integridade nas Contratações
- e. Padronização x Vendor Lock In

8) Fiscalização de Contrato:

- a. Melhores Práticas e Pontos de Atenção
- b. Ciclo da Ordem de Serviço
- c. Aferição da Prestação do Serviço
- d. Requisitos para Pagamento

9) Entendimentos dos Órgãos de Controle:

- a. Erro Grosseiro
- b. Direcionamento
- c. Insuficiência da Pesquisa de Preços
- d. Não observação da Segregação de Função
- e. Outras questões críticas

10) Práticas de Inteligência Artificial para Produção dos Artefatos de Contratação.

Programação Geral



10 a 12 de
junho



08h até 12h
13h até 17h



20 horas de
capacitação



Rio Branco
AC

Professor

Walter Cunha

Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Gestão de projetos (FGV). Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFFC-CGU). Professor e Palestrante sobre Governança Pública, Teletrabalho, Gestão de Segurança da Informação e de Contratações de TIC.



Investimento



R\$ 4.990,00

(quatro mil novecentos e noventa reais)

Incluso:

Apostila impressa e em PDF;

Material complementar: google drive;

Material didatico: pasta, bloco de anotações, caneta e marca-textos;

Certificado de conclusão em PDF;

5 Coffee breaks

Local

Defensoria Pública do Estado do Acre | DPE-AC



Endereço: Rua Fátima Maia, nº 150, Bairro Jardim de Alah
Rio Branco - AC, CEP: 69915-572

Pagamento

O respectivo pagamento será realizado em nome de:

Brasil Soluções em Capacitação Ltda

CNPJ: 40.587.850/0001-52



Bradesco
Banco: 237
Agência: 2160
Conta: 0025488-6

***Condições:

O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 07 dias úteis antes da data de realização do curso, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Brasil Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.

A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.